



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 098

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE SETEMBRO DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo .....	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PP .....	Cida Borghetti
PT .....	Tadeu Veneri
PDT .....	Barbosa Neto
PL .....	Mauro Moraes
PPS .....	Waldir Leite

### Representação Partidária

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **Sem Partido** - 03: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto - Mauro Moraes; **PL** - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 01: Carlos Simões.

**DIÁRIO Nº 098****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Parecer da Procuradoria Geral .....	03
Requerimentos .....	03
Projetos de Lei .....	06
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Elza Correia.....	08
Dep. Barbosa Neto.....	09
Dep. José Domingos Scarpellini ....	10
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PFL:	
Dep. Elio Rusch .....	10
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	11
Discussão / Votação:	
Redação Final.....	12
3ª Discussão .....	14
1ª Discussão .....	15
Requerimentos .....	19
<b>Encerramento da Sessão Ordinária.....</b>	<b>19</b>
<b>Publicações:</b>	
Comissão Executiva:	
Atos .....	19
Diretoria Geral:	
Portarias .....	20
Atas de Comissão:	
Redação .....	21

**092ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 092ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
19 DE SETEMBRO DE 2005**

*(segunda-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Carlos Simões.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni (45). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário, André Vargas, Artagão Júnior, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Hermes Fonseca, Luiz Fernandes da Silva Litro e Waldir Leite (09).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Parecer da Procuradoria Geral***

PARECER Nº 203/2005

Senhor Presidente:

Em cumprimento ao respeitável despacho na Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Carlos Simões, protocolada em 01.09.2005, esta Procuradoria-Geral vem se pronunciar sobre o objeto do requerimento pelo seguinte

P A R E C E R :

O Exmo. Sr. Deputado Carlos Simões, levanta a presente Questão de Ordem, a fim de dirimir a dúvida quanto ao procedimento a ser adotado pela Presidência deste Poder na substituição do Deputado Ailton Araújo, que era membro da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por indicação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do qual se desfilou em meados do corrente ano.

Questiona, na seqüência, que conforme dispõe a Lei Federal nº 9096, de 19.09.1995 (dispõe sobre os Partidos Políticos), e o Regimento Interno desta Casa, incumbe ao Presidente preenchê-la, por nomeação, dentro de 48 horas, de pertencer o substituto (RIALPR, 44, parágrafos 4º e 6º).

Complementando a presente Questão de Ordem, acrescenta ainda o nobre Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, DD. Líder do Governo, que o Deputado Carlos Simões tem o direito de representar o PTB na CCJ, de acordo com o que dispõe o artigo 27, do RIALPR.

Cotejando as normas que disciplinam a questão, esta Procuradoria-Geral entende ser justa a pretensão lançada, uma vez que na data da constituição das Comissões Permanentes, o Partido Trabalhista Brasileiro já tinha assegurado participação na CCJ, decorrente da representação proporcional partidária (RALPR, 27).

Prescrevendo a norma regimental em vigor que a representação nas Comissões temáticas dá-se proporcionalmente à participação dos partidos políticos e blocos

parlamentares na Casa, na data da posse, o Deputado Carlos Simões faz jus ao preenchimento da vaga do Partido na CCJ, pois seu Partido (PTB) assegurou este direito desde a posse, conforme o quociente de organização das Comissões Permanentes para as 3ª e 4ª Sessões Legislativas da 15ª Legislatura.

É o parecer, s.m.j.

Curitiba, 12 de setembro de 2005.

(a) AYRTON COSTA LOYOLA

Procurador-Geral

### ***Requerimentos***

REQUERIMENTO Nº 2727

Senhor Presidente:

O Parlamentar que a presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, REQUERER a aprovação deste Plenário do seu afastamento nos dias 22 e 23 de setembro de 2005, para representar esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná junto ao Poder Legislativo, na Cidade de Foz do Iguaçu.

Face ao exposto, solicitamos a aprovação deste requerimento pelos demais Pares.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2729

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, autorização para se ausentar do plenário e participar da 2ª Conferência Estadual das Cidades, na condição de Delegado, conforme convocação da coordenação do evento (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU), a ser realizado na cidade de Foz do Iguaçu, nos dias 21, 22 e 23 de setembro de 2005.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2736

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER seja concedida dispensa de presença para as Sessões que venham a ser realizadas durante a 2ª Conferência Estadual das Cidades, que se dará em Foz do Iguaçu, nas datas de 21, 22 e 23 de setembro do corrente ano.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2734

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Nézio Carnieletto, ocorrido em 14.09.2005, no Município de Medianeira/PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares: esposa: Ida Zornita Carnieletto, e aos filhos: Valdir, Inês, Nelson, Artemio, Nilo e Alice, no seguinte endereço: rua Sarandi, 2541 - Bairro Nazaré - 85884-000, Medianeira/PR.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2740

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Jeanete Maria Nowotny de Lima, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2742

Senhor Presidente:

Valendo-se de suas prerrogativas regimentais, o Deputado que o presente subscreve, REQUER ao Plenário desta Casa Legislativa, que se digne a aprovar o registro nos Anais da Sessão desta data, de efusivas congratulações à Cooperativa Mista Agropecuária Witmarsum Ltda. e à Associação Comunitária dos Moradores Proprietários de Witmarsum, da localidade de Witmarsum, no Município de Palmeira/PR, nas pessoas do Diretor-Presidente da Cooperativa, Sr. Artur Sawatzky; do Diretor-Secretário, Sr. Ferdinand Dück; e do Diretor-Gerente, Sr. Diethard Pauls; e do Presidente da Associação Comunitária, Sr. Heinz Egon Phillipsen, e equipes, pela exemplar organização da XX Expowit - Exposição de Gado Holandês de Witmarsum, realizada nos dias 16, 17 e 18 do mês em curso.

Srs. Deputados, esta não é uma manifestação isolada e nem despropositada. Mas sim, tem a expressão que traduz o sentimento de admiração de todos aqueles que, como este Parlamentar, estiveram presentes e registraram a pujança do evento.

A importância e a validade dessa exposição vem refletindo, ao passar do tempo, o seu salutar propósito da exposição, a vasta possibilidade de se permutar e conhecer avanços tecnológicos que permitem o desenvolvimento de uma atividade agropecuária mais preponderante, onde se transfigura a premissa “se o melhor é possível, o bom não é suficiente”.

E, por achar que os feitos bem realizados devem ser reconhecidos e aplaudidos aqueles que os protagonizam, é que se requer o presente registro; e, caso ele seja aprovado, solicita-se seja dada ciência do mesmo ao Diretor-Presidente da Witmarsum Cooperativa, Sr. Artur Sawatzky; ao Diretor-Secretário da Cooperativa, Sr. Ferdinand Dück; e ao Diretor-Gerente da Cooperativa, Sr. Diethard Pauls; e ainda ao Sr. Heinz Egon Phillipsen, Presidente da Associação Comunitária de Moradores Proprietários de Witmarsum; respectivamente, via correspondências a serem remetidas à Colônia Witmarsum, Rodovia BR-277, CEP 84130-000 - Palmeira/PR.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2746

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que registre nos Anais desta Casa, voto de congratulações e apreço à Polícia Militar do Paraná, pela brilhante participação na 28ª Festa de São Francisco da Ordem, na capital do Estado, nos últimos dias 16, 17 e 18.

Pede ao Sr. Governador, através do Comandante Geral e do Comando de Policiamento da Capital, o registro de elogio à valorosa Equipe de Escala de Policiamento, do 12º Batalhão PM, “Batalhão Coronel João Gualberto”, na pessoa dos policiais: Capitão QOPM Rui Rota da Purificação; 2º Tenente QOPM Dal’Apria; Cabos QPM Joel e Admir; Soldados QPM Malheiros, Antonio Marcos, Marcelo, Renildo, Carlesso, Alves, Foltran, Castro, Carlos, Geison, Ronald, Rossi, Joel, de nomes completos e identidades, em folha de escala anexa, pelo brilhante trabalho de policiamento seja no Largo da Ordem, seja no Estádio Couto Pereira, durante o jogo do Coritiba Futebol Clube.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Expressão de responsabilidade social, a gloriosa Polícia Militar colaborou, de maneira admirável, com o mais importante mutirão de caridade e solidariedade social do Paraná, promovido pela Amigo - Associação Amigos da Festa da Ordem, junto à antiga Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, erguida em 1737.

O evento serviu cerca de 200 instituições de promoção humana, de todo o Paraná, tendo reunido perto de 150 mil pessoas, em trinta horas de programação, gerando renda aproximada de R\$ 650 mil.

É seu mérito reanimar o Centro Histórico e Curitiba, devolvendo-lhe sua população mais tradicional, o conjunto das famílias de todos os bairros da cidade, e das cidades da Região Metropolitana.

A Festa da Ordem mereceu na abertura a bênção de S. Exa. Revma o Sr. Arcebispo de Curitiba, D. Moacir Vitti, Monsenhor Luiz Gonzaga Gonçalves e clérigos da Igreja da Ordem.

A festa de São Francisco teve a presença e o elevado apoio do Sr. Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva; do Vice-Governador Orlando Pessuti; da Presidente do Provopar Estadual, D. Lúcia Requião Arruda; do Presidente da Paraná Turismo, Jorge Demiate; dos Secretários Celso Caron, do Turismo; Vera Haj Mussi Augusto, da Cultura; Luiz Fernando Delazari, da Segurança Pública; dos Srs. Comandantes e membros da valorosa Polícia Militar do Paraná, seja na sua Força de Segurança, seja no Corpo de Bombeiros, seja no brilho da sua Banda Sinfônica, regida pelo maestro Paulo Kühn.

Tudo transcorreu na mais perfeita harmonia e ordem.

#### REQUERIMENTO Nº 2730

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Sonia Maria Filomeno.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2731

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor à Sra. Cláudia Francis de Cruz.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esta senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2732

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Edson Augusto de Souza.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2733

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Afonso Vitor de Oliveira. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2745

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve pede à egrégia Assembléia moção de reconhecimento ao Prefeito Júlio Bittencourt e ao historiador Jacob Bittencourt de Moraes pela edição do importante livro sobre "Histórias e Mistérios do Sertão do Tibagi".

Registro da História do norte do Paraná, em especial das cidades de Jataizinho, São Jerônimo da Serra, Assaí, Santa Cecília do Pavão, Santo Antônio do Paraíso, Nova Santa Bárbara, todas nos vale do grande Rio Tibagi.

Seja este requerimento encaminhado ao Prefeito Júlio Bittencourt e ao historiador Júlio Bittencourt de Moraes, Av. Walter Guimarães da Costa nº 512 - CEP 86.250-000.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Merece o reconhecimento da Assembléia, e a inserção nos anais da nossa História, o belo livro, grandiosa pesquisa, referencial raro para a estante paranaense sobre o Norte do nosso querido Estado. Memória insígne do grande Barão de Antonina, da colônia militar de Jathay, pouso dos voluntários da Pátria a caminho - ou na volta - da guerra do Paraguai, e do lendário aldeamento de São Pedro de Alcântara, onde foi pastor Frei Timóteo.

Memória também deste grande rio, que teve missões jesuítas às suas margens, filtra suas águas em diamantes adormecidos entre os cascalhos e os lajeados, e banha as terras mais generosas do mundo, antes de morrer no grande Rio Paraná - que nos empresta seu nome.

#### REQUERIMENTO Nº 2737

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Orlando Pessuti, solicitando providências urgentes quanto à real situação em que se encontra o Instituto Ambiental do Paraná - IAPAR.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2738

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando urgência na análise do PCCV - Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - dos funcionários do IAPAR (Instituto Ambiental do Paraná) que está há mais de 120 dias na Casa Civil, depois de tramitar por diversas Secretarias do Estado.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2739

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da Sra. Ana Maria Morito, residente à Rua Prof. Romão Wachowicz nº 27 - Bairro CIC, que pede o desentupimento das bocas-de-lobo e das manilhas da rua em que reside, em toda a sua extensão. Pede urgência no atendimento do presente devido os transtornos que o problema vem causando para os moradores.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 3245-6863.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 2747

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve pede à egrégia Assembléia que officie ao Sr. Governador do Estado, para que S. Exa. determine à Copel, a extensão da rede elétrica e de iluminação pública na Rua Luiz Leduc, no Bairro Vista Alegre, junto ao Parque Tingüi, defronte ao Memorial Ucraniano e ao Vale do Rio Barigüi.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado, notável pelo seu programa "Luz Fraterna", pode e deve proporcionar igualdade de serviços para todos os cidadãos.

Não há por que, num bairro da Capital, serem privados os moradores do acesso à luz elétrica e à iluminação pública, fatores de segurança e conforto.

Entre as casas de números 834 a 1000 não existe rede elétrica pública na Rua Luiz Leduc.

É de justiça, e, não sem tempo, que seja feita.

Encaminhe-se cópia deste requerimento ao senhor Sandro Claret de Lima, na Rua Luiz Leduc, 834 - CEP 82100-010 - Curitiba - PR - Tel. (041)3338-4150.

## REQUERIMENTO Nº 2743

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado dos Transportes e ao Superintendente dos Portos de Antonina e Paranaguá, informar, conforme segue:

1 - Quais os contratos de seguro formalizados pela APPA a partir de 2003 (inclusive)? Juntar as cópias das respectivas apólices.

2 - Houve, neste período, algum lapso de tempo em que as instalações portuárias ou bens, e/ou responsabilidades referentes ao porto ficaram sem a devida cobertura securatória?

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, RATINHO JÚNIOR, ADEMAR TRAIANO, BARBOSA NETO, LUIZ CARLOS MARTINS, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, DURVAL AMARAL, ELIO RUSCH, RENI PEREIRA e VALDIR ROSSONI

## *Projetos de Lei*

## PROJETO DE LEI Nº 566/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Dom Agostinho José Sartori.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

Dom Agostinho José Sartori nasceu na localidade de Linha Bonita, no Município de Capinzal, no Estado de Santa Catarina, na data de 29 de maio de 1929.

Filho de Antonio Sartori e Dosolina Rech Sartori começou seus estudos na Cidade de Botiatuva em 13 de abril de 1939. Realizou seus estudos filosóficos e teológicos em Curitiba entre os anos de 1945 e 1952.

Na sua vida acadêmica inclui-se, ainda, Direito Canônico na Universidade Gregoriana de Roma, entre 09 de setembro de 1958 e 28 de fevereiro de 1961. Ocupante da profissão religiosa desde 15 de agosto de 1951, Dom Agostinho ocupou os cargos de assistente e professor no Seminário Menor de Riozinho, entre os anos 1953 e 1955.

Entre os anos 1955 e 1958 foi professor do Instituto Filosófico e Teológico em Curitiba, no bairro Mercês. Foi Diretor dos Estudantes Capuchinhos de Teologia,

no bairro Mercês, entre os anos 1961 e 1965. Foi Presidente da Conferência dos Religiosos, Sul 2, de 1964 a 1967. Sub-Secretário Regional da Conferência dos Bispos da Providência Eclesiástica do Paraná, entre os anos 1964 e 1965. É Ministro Providencial dos Padres Capuchinhos do Paraná e Santa Catarina do ano de 1967 a 1970. Presidente do Centro Pastoral Educacional Assistencial Dom Carlos, mantenedora das Faculdades de Palmas.

Sua filosofia de trabalho em muito engrandeceu os Municípios da Região Sudoeste, principalmente, no tocante à educação e assistencialismo.

Desta forma, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 567/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Olavo Bilac, com sede e foro na cidade de Boa Esperança, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

#### JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares, tenho a honra de apresentar a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Olavo Bilac, do Município de Boa Esperança, entidade sem fins lucrativos que muito vem contribuindo com o desenvolvimento paranaense, colaborando na assistência ao aluno, bem como no aprimoramento e integração da família com a escola.

Importante salientar que a entidade apóia atividades culturais e artísticas, além de contribuir para a melhoria e conservação dos estabelecimentos escolares.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 568/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 13, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. O IPVA não incide sobre veículos de propriedade:

I - da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - das entidades a seguir relacionadas, desde que o veículo esteja vinculado com as suas finalidades essenciais ou com as delas decorrentes:

a) de autarquia ou fundação instituída e mantida pelo poder público;

b) de templos de qualquer culto;

c) de instituição de educação ou de assistência social;

d) de partido político, inclusive suas fundações; e

e) de entidade sindical de trabalhador.

§ 1º A não-incidência de que trata as alíneas “c”, “d”, e “e” do inciso II condiciona-se à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nelas referidas, sem prejuízo do contido do parágrafo 2º deste artigo:

a) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

b) aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais;

c) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 2º A não-incidência, de que trata a alínea “c” do inciso II, condiciona-se à apresentação de comprovante de credenciamento atualizado junto ao Conselho Municipal de Assistência Social ou de credenciamento expedido pelo Conselho Estadual de Assistência Social ou Conselho Nacional de Assistência Social.

§ 3º Cessado o motivo ou a condição que lhe der causa, cessa a não-incidência.

§ 4º Instrução da Secretaria da Fazenda disporá sobre a forma de reconhecimento da não-incidência.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Objetiva, tal proposição, corrigir um flagrante desrespeito à Norma Constitucional Federal, artigo 150, inciso VI, alínea “b”, que contempla imunidade tributária aos Templos de Qualquer Culto.

A lei estadual não pode submeter os Templos de Qualquer Culto e as instituições de educação ou de assistência social e as condições não previstas em lei, quer seja pela Constituição Federal, quer seja pelo Código Tributário Nacional, sob pena de flagrante ferimento ao princípio da isonomia de tratamento.

Com relação ao cadastro de veículos do Estado do Paraná, relativamente àqueles bens pertencentes a entidades destinatárias da imunidade tributária consagrada no artigo 150, VI, “b” e “c” da Constituição Federal de 1988, a Lei Estadual deve prever condição tal que iniba, automaticamente, o respectivo lançamento do IPVA, sem prejuízo de obrigá-las a quem mantenham atualizada a referida informação enquanto perdurar o benefício da não-incidência.

A simples adoção desta última medida resultará em considerável desentrelaçamento burocrático e economia no trâmite de milhares de processos que se renovam anualmente perante as Delegacias da Receita Estadual, desonerando, deste modo, tanto os órgãos públicos, quanto as entidades interessadas.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares ao presente plano de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 569/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o “Selo de Qualidade Paraná”, que será concedido por única entidade certificadora, a ser contratada pela Administração dos portos de Paranaguá e Antonina - APPA, para todos e quaisquer produtos e subprodutos das cadeias agropecuária e florestal que venham a ser exportados via portos de Paranaguá e Antonina.

Art. 2º A instituição do “Selo de Qualidade Paraná” tem por fim atestar e garantir a procedência e qualidade dos produtos exportados, visando agregar valor àqueles e adequá-los às normas e padrões internacionais.

Art. 3º A entidade certificadora a ser contratada pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, deverá, obrigatoriamente ser pertencente ao terceiro setor, credenciada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, por período mínimo de 02 (dois) anos e que esteja apta a atuar dentro das normas “Guia ISO 65” editada pelo Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

Art. 4º O exportador que tiver seus produtos certificados com o “Selo de Qualidade Paraná”, estará autorizado a fazer menção a este na divulgação dos mesmos.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.09.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

#### JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação da presente proposição é, em primeiro plano, a busca constante pela melhoria da qualidade dos produtos e subprodutos de origem agropecuária e florestal, visando agregar valor a estes e incentivar sua adequação às novas exigências, normas e padrões dos mercados consumidores mundiais.

Em segundo plano, a instituição do “Selo de Qualidade Paraná”, consistirá em forma de reconhecimento e incentivo às empresas exportadoras que se valem dos serviços dos portos de Paranaguá e Antonina, além de fortalecer as atividades rurais e garantir a sustentabilidade

sócio-econômico-ambiental em todo o processo produtivo.

A contratação de empresa do terceiro setor, a qual obrigatoriamente deverá estar credenciada junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, por período mínimo de 02 (dois) anos e estar apta a atuar dentro das normas “Guia ISO 65” editada pelo Inmetro - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, também consistirá em forma direta de fomento ao terceiro setor e indiretamente como meio de desonerar o poder público e a iniciativa privada em empreendimentos de grande interesse social.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Conforme parecer recebido por esta Presidência, acatamos o parecer e determinamos então que a vaga continue com o PTB. Então, a partir de amanhã, iremos participar ao Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral, que a vaga realmente é do PTB.

É a decisão sobre a Questão de Ordem levantada.

#### *Pequeno Expediente:*

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à primeira oradora inscrita, Sra. Deputada Elza Correia.

#### *Deputada Elza Correia (PMDB)*

#### A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, companheiros Deputados e Deputadas.

Uso esta tribuna para informar à esta Casa que o Comitê Multipartidário é um comitê de mulheres, que existe no Brasil, em vários Estados brasileiros e fizemos um evento aqui na Assembléia Legislativa, na sexta-feira da semana passada, com a presença da Deputada Arlete Caramês, representação da Deputada Luciana, Deputada Cida Borghetti, para discutirmos a reforma política brasileira.

O Movimento de Mulheres do Brasil está muito interessado nessa discussão, entendendo que ela é fundamental, necessária e já está bastante atrasada, porque ouvimos falar em reforma desde as reformas de base, propostas pelo então Presidente da República, João Goulart, que, com o advento da ditadura, a questão da reforma foi colocada em segundo plano. Estamos discutindo a reforma do ponto de vista da inserção, ampliação da participação das mulheres na vida política brasileira.

Quantitativamente, companheira Luciana, estamos ainda dentro dessa matemática perversa, porque somos mais da metade da população, mais da metade dos eleitores e temos uma representação, do ponto de vista quantitativo, bastante pequena. São 41 Deputados Federais, num universo de 513. Senadoras, apenas oito, num universo de 81. Nas Câmaras estaduais a representação feminina é sempre muito pequena, haja vista aqui, na

nossa Assembléia: quatro mulheres para cinquenta companheiros.

Estamos trabalhando para ampliar a participação feminina nas Assembléias, nas Prefeituras, nas Câmaras de Vereadores, porque, sem dúvida nenhuma e mais do que nunca, nessa crise brasileira que estamos vivendo, estamos percebendo a importância da participação das mulheres, com o seu perfil pacifista, ético e fundamental no cenário político brasileiro.

Portanto, discutimos aqui, com a participação de oito Partidos. Estamos entendendo que essa mini reforma que está sendo proposta, é emergencial, diante da crise de corrupção que vive o País e queria apenas normatizar as próximas eleições, mas não estamos considerando isso, uma reforma política e sim, um paliativo que vai dizer que são proibidos “showmícios”, proibida a entrega de brindes, proibido pesquisas nas épocas de eleição. Quer dizer, na verdade, é um regimento, é um regulamento das próximas eleições e não uma reforma política com profundidade, como imaginamos que deva acontecer no País.

Aproveitamos a oportunidade também para, naquela reunião, referendar a necessidade do Movimento de Mulheres no Brasil, apresentar nomes de mulheres para ocupar a Presidência da Câmara Federal. Por que não?

Os Partidos estão se posicionando, estão colocando os nomes e as mulheres brasileiras, através de suas representações parlamentares, entendem que temos quadros, temos nomes e temos pessoa extremamente capacitada para presidir a Câmara dos Deputados. Talvez não consigamos, em função da desigualdade na representação, mas não podemos deixar passar batido, sem apresentarmos o nome.

Então, o PSB apresentou o nome da Deputada Luiza Erundina, que foi referendado aqui por esse encontro do comitê multipartidário e, também, foi apresentado o nome da Denise Frossard.

Um outro nome que referendamos também, a companheira Clair, do PT, abriu mão da sua indicação, porque ela foi indicada pela Federação dos Jornalistas. Portanto, seria a nossa indicada aqui, no Paraná, e também, outras companheiras do PMDB e outros partidos. A idéia é que a Bancada feminina apresente um nome.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

O tempo de V. Exa. está encerrado.

Consulto a V. Exa. se usará o Horário da Liderança do seu Partido.

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)**

Não, obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputado Barbosa Neto.

## **Deputado Barbosa Neto (PDT)**

**O SR. BARBOSA NETO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na semana passada, o assunto que mais chamou a atenção nesta Casa, foi o fato de a Copel ter assinado um contrato de seguro com a empresa Interbrasil, empresa esta que foi liquidada pela Superintendência de Seguros Privados - a Susep. Esse fato ganhou a mídia nacional e causou um certo alvoroço, por parte de alguns membros desta Casa.

A Copel, como outras empresas que formavam o cartel da Interbrasil, perdeu dinheiro. Isso já está se tornando uma mania.

Há pouco tempo a COPEL já havia levado uma grande invertida na área financeira; investiu pesadamente no Banco Santos, que foi liquidado pelo Banco Central, por gestão fraudulenta, e agora, não se sabe quando é, se é que teremos de volta esses recursos, não sabemos ao certo o quanto a Copel perdeu na jogada.

Já fizemos um requerimento, mas o Governo se nega a nos informar. E a informação que recebemos do Senado da República estima-se aí que a Copel e a Sane-par tenham perdido algo em torno de 180 milhões de reais.

Sr. Presidente, há poucos dias, vimos, aqui desta tribuna o Deputado Plauto Miró Guimarães, desmascarar os gastos do Governo do Estado na área da saúde, dando-se uma auditoria do próprio Ministério da Saúde. Foi apurado que o Governo investiu pouco mais de 7% do setor de saúde, quando a Constituição manda que sejam aplicados pelo menos 12% do Orçamento do Estado, para garantir a saúde do cidadão.

Entre os gastos do Governo, a auditoria do Ministério da Saúde - não é este Deputado que está dizendo - encontrou despesas, com ações judiciais e análises de sementes de transgênicos.

Pasmem, Sras. e Srs. Deputados! A Secretaria de Saúde deliberadamente maquiou esses gastos - ou quase gatos também, para não se dizer até um termo mais grave. Gato é um termo da gíria futebolística, quando o jogador tenta mentir a idade.- Foi justamente o que tentou aqui fazer o Governo do Estado, mentir à população paranaense.

Eu citei aqui esses fatos, Sr. Presidente, porque entendo que alguma coisa de muito grave deva estar acontecendo com o Governo do Paraná, ou o Governador está sendo enganado pelos seus auxiliares, ou nós vamos acabar sabendo de fatos mais graves, da pior maneira, e não ser o arauto do caos, mas algo de muito grave pode estar acontecendo.

Eu pessoalmente até prefiro acreditar que o Governador Roberto Requião esteja sendo enganado pelos seus auxiliares. Ele é meu adversário, mas eu respeito a sua inteligência e não posso acreditar que ele esteja sendo mandado a fazer tudo isso. Acho na verdade está, sim,

sendo enganado. Agora, vá gostar de ser enganado assim, lá longe!

Não é possível que ninguém do Governo do Estado entenda ou alerte o Governador sobre a real situação do que anda acontecendo no Paraná.

Em Londrina, 27 pessoas morreram por falta de UTI, foram mais 53 em Ponta Grossa. Não é possível que o Governador tenha autorizado a retirada de dinheiro de bancos oficiais, seguros, para aplicar no Banco Santos, já que até o asfalto do Centro Cívico sabia que o Banco Santos estava indo para o brejo.

Sr. Presidente, não é por falta de aviso que o Governo se mete nessas enrascadas. Nós temos alertado aqui inúmeras vezes, desta tribuna, mas parece que ele se faz de surdo mudo.

Ninguém aqui faz críticas por puro prazer. Nosso objetivo é fiscalizar e contribuir com o Governo do Estado, e não é isso que está acontecendo. Os Deputados de oposição são conscientes de seu papel, e todas as vezes que projetos, mesmo sendo do Governo, representam o bem-estar da maioria da população, estamos votando favorável, como aconteceu na questão da Sane-par, na semana passada.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O pedágio, na Rodonorte, baixou quarenta centavos. Eles sobem de dois, três reais por vez. Depois, o Governo do Estado anuncia que vai baixar, e baixa quarenta centavos, como se isso fosse cumprir a sua promessa de acabar, ou de baixar o preço do pedágio. O pedágio da Lapa, que foi implantado no Governo Requião, continua cobrando uma exorbitância, e vai aumentar o preço ainda mais agora.

Mas, o que nós queremos falar hoje não é sobre as maracutaias da Copel com a Interbrasil, nem da Copel com o Banco Santos. Hoje o assunto envolve o FAT.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Vamos ver aqui uma denúncia que nos foi encaminhada, sobre um desvio de verba do Primeiro Emprego. Não é muito dinheiro, mas são quase dois milhões de reais que alguns espertinhos aqui em Curitiba, ligados ao PT se apropriaram, ao invés de ministrar os cursos que seriam destinados. O montante do dinheiro foi contratado aqui com várias entidades, e entre elas uma que é dirigida pela mesma pessoa, o Sr. Edson Miguel Torquato Padilha. Ele representa a Fundação Estadual da Cidadania, e a Fundação contrata a mesma verba de 690 mil reais com o pró-

prio Edson Miguel Torquato Padilha, que é o contratante e o contrato para se ministrar os cursos!

Com isso, Sr. Presidente, nós vamos entender, conforme já entenderam alguns auditores, de que isso nada mais foi do que uma fraude cometida para lesar uma instituição e os cofres públicos.

Veja bem, esse contratado, que assina como contratante recebe esse dinheiro dos cofres da União, e faz um repasse; usa algumas instituições de maneira fictícia, apenas, e deixa de fazer a ministração dos cursos, enfim, do cumprimento da vontade que o Ministério do Trabalho teria ou tinha de poder levar aos jovens um pouco de conhecimento técnico, um pouco da prática do trabalho, para que esses jovens pudessem se aprimorar e serem preparados, para enfrentar, na prática, uma profissão.

Estamos encaminhando à Mesa, um pedido para que a Ouvidoria, através do Ministro Valdir Pires, tome as providências para que a Promotoria Criminal do Paraná - PIC, também investigue.

Muito obrigado.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças: PP, PPS.

(**Declinam**)

No horário do PFL concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

### ***Liderança do PFL: Deputado Elio Rusch***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na mesma linha do Deputado José Domingos Scarpellini, já nos manifestamos nas últimas semanas em relação às atitudes tomadas pelo Governador Roberto Requião, com relação ao não cumprimento dos contratos, o rompimento unilateral de alguns contratos.

Tudo isso nós alertamos que poderia causar um prejuízo muito grande ao erário público,

Dizíamos, e os Deputados da Oposição também se manifestaram por inúmeras vezes, alertando o Governador Roberto Requião, da gravidade da situação que está se criando em relação ao rompimento unilateral dos contratos feitos entre o Governo do Estado e algumas empresas no Paraná.

Faz parte do estilo do Governador Roberto Requião em querer aparecer, principalmente na mídia nacional, pelas atitudes, pelas posições que ele toma, administrativamente, aqui no nosso Estado do Paraná.

Pois bem, se não bastasse a questão do pedágio, o compromisso que ele tem assumido de campanha, ele mesmo sabe que não consegue cumprir a sua promessa. Aliás o pedágio e o Lula foram os dois fatores que levaram o Roberto Requião a ganhar a eleição do Estado.

Ele não acabou com o pedágio. Pelo contrário, o pedágio continua subindo. E também, quando ele enconstou na onda vermelha, na onda Lula. Quando Álvaro Dias, candidato do PDT, e o PDT estava coligado com o PT do Lula, o Roberto Requião foi muito mais rápido e ágil politicamente, se grudou no Lula e ganhou a eleição do Estado do Paraná.

Passados dois anos da eleição, diante do fracasso que está acontecendo em nível nacional, quando a corrupção tomou conta do Governo Federal, através do seu principal partido que é o PT, o Governador Roberto Requião, de todas as formas, quer cair fora, mas as suas atitudes, tomadas aqui no Paraná, permanecem.

O que está acontecendo no pedágio? Nós alertamos, todas as atitudes que o Governo estava tomando, iriam demandar ações na Justiça. A Justiça tem que interpretar a lei. A lei tem que ser cumprida, e todas as ações na Justiça, o Governador perdeu. Seja no Porto de Paranaguá, seja agora com o pedágio, e tantas outras ações mais. Agora, a nossa preocupação como Deputado, como Parlamentar e como fiscalizador das ações do Governo, é quanto ao passivo que, com toda certeza, será muito grande que este Governo vai deixar para os futuros. Mais cedo ou mais tarde, o Governo tem que indenizar essas empresas.

Por causa disso, nós aprovamos uma lei do Deputado Durval Amaral, que foi vetada e nós derrubamos o veto, responsabilizando o ordenador dessas despesas, o não cumprimento, com as decisões da Justiça, aí o Governador será co-responsável. Vem a questão: quem vai pagar a conta? É o Governador ou é o Governo? Se for o Governo, Scarpellini, somos nós! É toda sociedade do Paraná que vai pagar a conta!

Quando é que a sociedade do Paraná vai se acordar diante da gravidade que estamos atravessando pelas ações promovidas pelo Governo do Estado do Paraná?

Sr. Presidente, sei que o meu tempo está encerrado, mas, com toda certeza, esse é um tema que, por inúmeras vezes, nós vamos debater, num futuro espero que muito distante, porque as ações na Justiça estão correndo, com toda certeza, dentro da sua agilidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. ficou com um haver de quatro minutos.

Consulto o PT, PSDB, PMDB, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

**(Todas Declinam)**

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Apenas quero registrar a presença do Deputado Federal Eduardo Sciarra que está aqui no plenário, visitando esta Casa, no dia de hoje.

Obrigado pela presença. Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Sciarra sabe que é sempre bem-vindo nesta Casa.

Deputado Sciarra que é nosso grande amigo, grande companheiro.

### ***Ordem do Dia:***

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 45 Srs. Deputados.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, projetos de lei em nº 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputados Marcos Isfer, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputados Hermas Brandão, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Parecer nº 203/2005, subscrito pelo Sr. Procurador-Geral Airton Costa Loyola, constante do expediente, que em cumprimento à Questão de Ordem levantada pelo Sr. Deputado Carlos Simões, protocolada em 01.09.2005, esta Procuradoria-Geral vem se pronunciar quanto ao procedimento a ser adotado pelo Presidente deste Poder, prescrevendo a norma regimentais que o Sr. Carlos Simões, faz jus ao preenchimento da vaga do partido (PTB) na CCJ, em substituição ao Sr. Deputado Ailton Araújo que era membro da CCJ, pois seu Partido assegurou esse direito desde a posse, conforme o quociente de organizações das Comissões Permanentes para as 3ª e 4ª. Sessões Legislativas da 15ª Legislatura. **De acordo com o Parecer; à CCJ, para informar da decisão; À Diretoria Legislativa, para anotar:**

Requerimento nº 2727, de autoria do Sr. Deputado Marcos Isfer, constante do expediente, solicitando a aprovação deste Plenário do seu afastamento nos dias 22 e 23 do corrente mês, para representar esta Casa de Leis junto da 2ª Conferência Estadual das Cidades, na Cidade de Foz do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2729, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando para ausentar-se do Plenário e participar da 2ª Conferência Estadual das Cidades, na condição de Delegado, conforme convocação da coordenação do evento (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano-SEDU) a ser realizado em Foz do Iguaçu nos dias 21, 22 e 23 do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2736, de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, solicitando que

seja concedido dispensa de presença para as Sessões que venham a ser realizadas durante a 2ª Conferência Estadual das Cidades que se dará em Foz do Iguaçu, nos dias 21, 22 e 23 do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 005/2005, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Assaad Nabhan. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2005, de 16.02.2005, em Projetos de Lei, pag. 24).**

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 026/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a utilização de sistema de catracas e máquinas de emissão de bilhete nos veículos de transporte coletivo de passageiros e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 026/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica proibido a utilização de catracas eletrônicas, máquinas e astick e de bilhetagem eletrônica para emissão de bilhetes nos veículos de transporte coletivo pertencentes a empresa que, mediante concessão ou permissão, exploram linhas urbanas, metropolitanas, municipais e intermunicipais, no âmbito do Estado do Paraná pelo prazo de vinte e cinco anos, a contar da data da entrada em vigor desta lei.

§ 1º - Com expressa autorização do Poder Concedente, desde que não ocorra demissão de cobradores e emissores de bilhetes e os mesmos continuarem com suas atribuições funcionais, poderá ser instalado o sistema de bilhetagem automática.

§ 2º Caso ocorra a instalação da bilhetagem eletrônica e a dispensa de cobradores ou emissores de bilhetes, a empresa terá a concessão e a permissão automaticamente cancelada.

Art. 2º O Poder Concedente após o vencimento do prazo estipulado no artigo 1º, poderá promover prorrogação por iguais períodos, enquanto perdurarem as razões socioeconômicas que estipulem a existência de demanda

reprimida na categoria de cobradores e emissores de bilhetes, entre os rodoviários.

Art. 3º Não serão admitidas, mesmo nos sistemas de transporte integrado, as substituições do homem pela máquina, tão pouco a sistemática de venda de bilhetes em locais divorciados do interior dos veículos envolvidos no transporte a que se refira o bilhete, a exceção dos locais apropriados nas rodovias municipais e para a venda de passagens e de vales transporte.

Art. 4º A Secretaria de Estado dos Transportes regulamentará as disposições desta lei, priorizando o bem-estar dos usuários, mas, sobretudo privilegiando as medidas que assegurem, sob pena de multas elevadas, a preservação dos empregos dentre os rodoviários, em especial dos cobradores.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.09.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Relator

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 194/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que determina no âmbito do Estado do Paraná a rotulagem de produtos que contenham transgênicos cuja fabricação tenham sido utilizados Organismos Geneticamente Modificados (OGMS) e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 194/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Esta lei regulamenta direito à informação, assegurado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis.

Art. 2º Na comercialização de alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, o consumidor deverá ser informado da natureza transgênica desse produto.

§ 1º Tanto nos produtos embalados como nos vendidos a granel ou *in natura*, o rótulo da embalagem ou do recipiente em que estão contidos deverá constar, em destaque, no painel principal e em conjunto com o símbolo definido mediante a **Portaria nº 2.658, de 22 de dezem-**

**bro de 2003, do Ministério de Estado da Justiça**, uma das seguintes expressões, dependendo do caso; (nome do produto) transgênico”, “contém (nome do ingrediente ou ingredientes) transgênico(s)” ou “produto produzido a partir de (nome do produto) transgênico”.

§ 2º O consumidor deverá ser informado sobre a espécie doadora do gene no local reservado para a identificação dos ingredientes.

§ 3º A informação determinada no § 1º deste artigo também deverá constar do documento fiscal, de modo que essa informação acompanhe o produto ou ingrediente em todas as etapas da cadeia produtiva.

Art. 3º Os alimentos e ingredientes produzidos a partir de animais alimentados com ração contendo ingredientes transgênicos deverão trazer no painel principal, em tamanho e destaque previsto no artigo 2º, a seguinte expressão: “(nome do animal) alimento com ração contendo ingrediente transgênico” ou “(nome do ingrediente) produzido a partir de animal alimentado com ração contendo ingrediente transgênico”.

Art. 4º Aos alimentos e ingredientes alimentares que comprovadamente não contenham nem sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados será facultada a rotulagem “(nome do produto ou ingrediente) livre de transgênicos”, desde que tenham similares transgênicos no mercado brasileiro.

Art. 5º A comprovação documental da presença ou ausência de OGM, mediante documentos fiscais que acompanham o alimento ou ingrediente alimentar em todas as etapas da cadeia produtiva, deverá atender a requisitos e procedimentos estabelecidos pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

Parágrafo Único. Para fins de fiscalização, a empresa produtora de alimentos ou ingredientes elaborados a partir de animais alimentados com ração contendo alimentos ou ingredientes transgênicos deverá manter as notas fiscais referentes à ração dos animais em seu poder.

Art. 6º Fica proibida a venda de produtos sobre o qual recaia denúncia fundamentada de que contém OGM e que não contenham no rótulo a devida designação.

§ 1º Nesse caso, além da aplicação das penalidades previstas nesta lei, os produtos serão recolhidos, podendo ser disponibilizados novamente para comércio caso análise idônea demonstre que o produto não contém OGM.

§ 2º Se a referida análise comprovar a presença de OGM, os produtos deverão ser destruídos.

Art. 7º Em todas as disposições desta lei, inclusive na do artigo anterior, o ônus da prova recai sobre o fornecedor.

Art. 8º A infração ao disposto nesta lei aplicam-se as seguintes penalidades, sem prejuízo das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e demais normas aplicáveis.

Art. 9º Ante a caracterização de fraude, irregularidade ou qualquer outra infração a esta lei, caberá aos órgãos fiscalizadores estaduais conforme a gravidade da infração, adotar as seguintes medidas:

I - advertência;

II - multas diárias que variam de 100 (cem) a 2.000 (duas mil) UFIRs;

III - apreensão do produto;

IV - suspensão da atividade;

V - cancelamento da autorização para funcionamento em âmbito estadual.

Art. 10. Esta lei deverá ser regulamentada por Decreto do Governador do Estado, até 90 dias após sua publicação.

Art. 11. Esta lei entra em vigor após a sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.09.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Relator

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 230/2005, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre a entrada e permanência de animais em recintos fechados e estabelece outras providências.

#### PROJETO DE LEI Nº 230/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a entrada e permanência de animais acompanhantes em locais públicos, meio de transportes ou em qualquer estabelecimentos comerciais, industrial, de serviço ou de promoção, proteção e recuperação da saúde, desde que observadas as condições impostas por este projeto de lei e seu regulamento, e, bem assim, as condições a que estes animais quando no desempenho da sua missão.

§ 1º Animais de acompanhantes são cães cuja característica é auxiliar no tratamento de enfermidades psicológicas (stress, solidão, depressões). E pessoas que possuem deficientes visuais que são auxiliados por cães treinados para fazer sua locomoção (cão-guia).

§ 2º Cães-guias são animais portadores de certificado de habilidade fornecido por uma escola filiada à Federação Internacional de Escola de Cães-Guia e que esteja a serviço de uma pessoa portadora de deficiência dependente dele ou que se encontre em estágio de treinamento.

§ 3º Local público é aquele aberto e utilizado pela sociedade, com acesso gratuito ou mediante pagamento de taxa de ingresso.

§ 4º Estabelecimentos são propriedades privadas sujeitas ao cumprimento das normas e posturas municipais e estaduais.

Art. 2º Os recintos e edificações mencionados no artigo 1º são:

I - estabelecimentos de saúde pública ou privada tais como: hospitais, clínicas, consultórios médicos, consultórios odontológicos e laboratórios;

a) estes estabelecimentos mencionados no item I o acompanhante (animal destinado a auxiliar no tratamento) deverá freqüentar somente alas onde tenha lugares reservados para este fim. Não deve ser comprometida a segurança ou a higiene do recinto;

II- cinemas, teatros, auditórios, museus, bibliotecas, salas de conferências e de convenções;

a) os donos de animais acompanhantes são responsáveis pela ordem e respeito com os demais freqüentadores;

III - restaurantes, casas de bebidas, casa de café, bares e assemelhados;

IV - transportes públicos, aeronaves das transportadoras aéreas nacional, barcos, taxi;

V - estabelecimentos escolares, públicos ou privados;

VI - centros de formação profissional ou de reabilitação;

VII - recintos desportivos de qualquer natureza, designadamente estádios, pavilhões e outros;

VIII- salas e recintos de espetáculos ou de jogos;

IX - edifícios dos serviços da administração pública central, regional e local, incluindo os institutos públicos;

X - locais de prestação de serviços abertos ao público em geral, tais como estabelecimentos bancários, seguradoras, correios e outros;

XI - estabelecimentos de comércio, incluindo centros comerciais, hipermercados e supermercados;

XII - estabelecimentos de alojamentos, com hotéis, residências, pensões e outros similares;

XIII - lares e casas de repouso;

XIV - locais de lazer e de turismo em geral, como praias, parques, termas, jardins e outros;

XV - locais de emprego.

Art. 3º O direito de acesso previsto no artigo anterior não implica quaisquer custos suplementares para o deficiente visual ou para o paciente em tratamento e prevalece sobre quaisquer proibições que contrariem o disposto no presente projeto de lei.

Art. 4º É necessário que o proprietário de animais de acompanhantes tenham em seu poder a receita médica

do médico devidamente inscrito no CRM (Conselho Regional de Medicina), atestando que o animal faz parte do tratamento.

Art. 5º Todos os animais devem ser identificados com placas que contenham informações sobre o seu dono como: RG, Endereço, CPF e nome do médico que o recomendou e nome do médico veterinário com devido registro no CRV (Conselho Regional de Medicina Veterinária).

§ 1º O direito de acesso não pode ser exercido enquanto o animal apresentar sinais manifestos de doenças, agressividade, falta de asseio, apresente qualquer sinais, característica anormal susceptível de provocar receios fundados para as pessoas ou outros animais, ou se comporte de forma inadequada de modo a perturbar o normal funcionamento do local em causa.

Art. 6º Os estabelecimentos, empresas ou órgãos que derem causa à discriminação serão punidos com pena de interdição até que cesse a discriminação, podendo acumular com pena de multa.

Art. 7º É admitida a posse, guarda ou abrigo de cães em zonas urbanas e em residências utilizadas por pessoas portadoras de deficiências ou em tratamento médico, desde que tais ambientes sejam mantidos limpos e desinfetados.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.09.2005

(aa) CESAR SELEME - Presidente

JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Relator

## ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 532/2005, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que estabelece a última quarta-feira de novembro como "Dia Estadual da Criança com Neoplasia" e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 089/2005, de 30/08/2005, em Projetos de Lei, pág. 08).**

## 3ª Discussão

### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/2005, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que autoriza o Poder Executivo a instituir o teste vocacional na rede oficial de ensino no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Em votação o Substitutivo Geral. **Aprovado.** Em votação a Emenda. **Aprovada.** Em votação o Projeto. **Aprovado.**

## **1ª Discussão**

### **ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/2005, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a inclusão do Santuário de Nossa Senhora de Lourdes no roteiro turístico do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. **Aprovado. (Publ. no DA nº 026/2005, de 13/04/2005, em Projetos de Lei, pág. 20).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 178/2005

P A R E C E R :

#### **Do Projeto**

De autoria do Deputado Ademir Bier, o Projeto de Lei nº 178/2005 visa incluir o Santuário de Nossa Senhora de Lourdes no roteiro turístico do Estado do Paraná. A gruta, compondo o santuário, está localizada no município de Céu Azul, com acesso através da BR-277, a onze quilômetros da sede do Município. O Estado do Paraná, através da Paraná Turismo, tem desenvolvido ações e projetos no sentido de consolidar o Estado dentro do pool nacional de turismo, gerando empregos e renda.

#### **Do Voto**

Da análise circunstancial e legal verifica-se que o projeto de lei se enquadra entre as atribuições de iniciativa do Poder Legislativo e ainda não contém vícios de qualquer natureza, mormente constitucionais.

Desta forma, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL  
PROJETO DE LEI Nº 178/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 178/2005, de autoria do ilustre Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a inclusão do Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, no roteiro turístico do Estado do Paraná, pretende incluir no roteiro turístico a visita à Gruta Nossa Senhora de Lourdes, localizada no Município de Céu Azul, região Oeste do Paraná.

Considerando-se que, o acesso a tal ponto turístico localizado mais especificamente na comunidade de Picada Benjamim, e possui acesso através da BR-277, numa distância de aproximadamente onze quilômetros da sede do Município de Céu Azul, sendo seis quilômetros por via asfaltada da BR-277, e os restantes cinco quilômetros, são de fácil tráfego por via municipal, devidamente cascalhada, tornando a estrada íngreme por natureza, bastante atraente pela dificuldade de acesso, faz deste ponto uma verdadeira atração turística para os amantes da natureza.

Considerando-se que, além da beleza natural do lugar, a Prefeitura Municipal de Céu Azul, cuidou dos detalhes para receber uma grande quantidade de visitantes e romeiros que procuram conhecer não só a beleza natural, mas, também, dar vazão à sua crença e à sua fé, dentro de um espírito de religiosidade.

Considerando-se, finalmente, que o turismo é uma fonte de geração de divisas para qualquer Município, elogie-se a iniciativa do órgão municipal do Município em apreço que faz parte da rota do Mercosul, abrindo espaço para a visita do turista estrangeiro, principalmente os nossos vizinhos paraguaios e argentinos, somos de parecer favorável à tramitação do presente projeto de lei, recomendando a sua aprovação pelo soberano Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 24.05.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente  
LUIZ NISHIMORI - Relator

### **ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que institui o Dia Estadual do Rotaract, a ser comemorado anualmente na data de 26 de outubro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/2005, de 04/05/2005, em Projetos de Lei, pág. 14).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 255/2005

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei tem como escopo instituir o Dia Estadual do Rotaract, a ser comemorado, anualmente, no dia 26 de outubro.

#### **Constitucionalidade e Legalidade**

O projeto que ora se analisa, não encontra nenhum óbice de caráter legal e constitucional. Ressalta-se que o Poder Legislativo detém iniciativa para instituir tal proposição. Além disso, o artigo 25, parágrafo 1º, da mesma Constituição Federal determina:

“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas.”

Como não é vedada, conseqüentemente é autorizada pela Constituição Federal, visto que não há nenhuma disposição contrária a tal matéria, nem no âmbito constitucional e nem no âmbito infraconstitucional. Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 95/98.

Desta forma, em sede de parecer esta Comissão opina pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 13.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui o Dia de Luta Contra o Câncer de Mama no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 065/2005, de 22/06/2005, em Projetos de Lei, pág. 09).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 409/2005

#### P A R E C E R :

##### Do Projeto

De autoria da Deputada Cida Borghetti, o PL nº 409/2005 visa instituir o Dia de Luta Contra o Câncer de Mama no calendário do Estado do Paraná, a ser comemorado no dia 27 de novembro de cada ano. Em sua justificativa, a autora afirma que: “o câncer de mama é o mais comum dos tipos de câncer e existem diversos métodos possíveis de detecção. Contudo, o desconhecimento e as dificuldades de acesso aos meios de saúde disponíveis têm levado aos altos índices de mortalidade devidos a esta forma de câncer. A instituição de uma data onde serão adotados os procedimentos visando o esclarecimento da sociedade... permitirá uma mudança de atitude que certamente contribuirá para a redução da mortalidade pelo câncer de mama”.

##### Do Voto

O projeto de lei encontra-se entre as atribuições legislativas do Estado e do esforço parlamentar, de onde se infere sua constitucionalidade e legalidade.

Somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

## ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/20005, que fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná em 20.237 (vinte mil, duzentos e trinta e sete) policiais-militares, distribuídos pelos respectivos postos e graduações, bem como alterar a Lei Estadual nº 6774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da PMPR). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2005, de 15/08/2005, em Mensagens, pág. 03).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 477/2005 ANÁLISE PRÉVIA

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo fixar efetivo da Polícia Militar do Paraná, classifica sua distribuição por postos e graduações. Estabelece limites para Aspirante-a-Oficial e Aluno-Oficial. Dá nova redação a artigos referentes ao Corpo de Bombeiros da Lei nº 6774/76. Acresce

disposições acerca da Siate. Dispõe que o aumento do efetivo será implementado de acordo com inclusões e nomeações autorizadas pelo Governador em conformidade com as disponibilidades orçamentárias do Estado.

##### Legitimidade

A legitimidade para legislar quanto a presente matéria, se encontra definida na Constituição Estadual, conforme se pode depreender abaixo:

“Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;”

Pode-se facilmente constatar que se trata de matéria de iniciativa privativa do Governador do Estado, vez que o projeto sob análise dispõe acerca de dispositivos da Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar. Assim, nada há a obstar acerca da iniciativa legislativa do projeto.

##### Mérito

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 21. É nulo de pleno direito o ato de provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I - as exigências dos artigos 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do artigo 37 e no parágrafo 1º do artigo 169 da Constituição;

II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

No entanto, o presente projeto não está acompanhado da necessária estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes e tampouco da declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

##### Constitucionalidade

O projeto de lei sob análise, embora não apresente óbice quanto à iniciativa legislativa não se encontra em conformidade com os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e tampouco com a boa técnica legislativa, ao não mencionar expressamente os dispositivos que revoga.

Ante o exposto, em sede de análise prévia, opinamos pela conversão do projeto em diligência à Casa Civil para suprimento das omissões apontadas.

Curitiba, 17 de agosto de 2005.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 477/2005

#### P A R E C E R :

##### Do Relatório

O Projeto de Lei nº 477/2005, trata-se de mensagem do Poder Executivo de iniciativa do Exmo. Sr.

Governador do Estado, Roberto Requião, que fixa o efetivo da Polícia Militar em 20.237 policiais.

#### **Da Fundamentação**

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o disposto no artigo 43 do Regimento Interno, apura-se que a referida mensagem busca melhorias na Segurança Pública do Estado, sendo matéria de iniciativa do Sr. Governador do Estado, conforme previsão constitucional, artigo 66 da Constituição do Estado.

#### **Da Conclusão**

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 477/2005, por não encontrar vício de competência quanto à iniciativa nem tampouco qualquer embaraço jurídico impeditivo.

Sala das Comissões, em 30.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 477/2005**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/2005, que objetiva, fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná em 20.237 (vinte mil duzentos e trinta e sete) policiais militares, distribuídos pelos respectivos postos e graduações, bem como alterar a Lei Estadual nº 6.774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná).

A presente matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo da mesma parecer favorável.

Chamada esta Comissão a opinar em conformidade com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, entende este Relator a necessidade de apresentar Emenda, visando a criação de 01 (uma) vaga de Capitão PM Músico e 01 (uma) segunda vaga de 2º Tenente PM Músico, ambas no Quadro de Oficial Especialista Músico da Banda da Polícia Militar do Estado do Paraná.

No âmbito dos Quadros de Oficiais da Polícia Militar do Paraná, único a não proporcionar a vaga de Capitão é a especialidade de Músico, o que caracteriza

uma clara limitação ou ainda discriminação que não condiz com a função que exerce o Chefe da Banda de Música.

Com relação a criação da segunda vaga de 2º Tenente, justifica-se na medida em que a Banda de Música, por vezes, divide-se em duas frações, dado ao grande número de apresentações solicitadas pelos mais diversos segmentos de nossa sociedade, onde devido à grande importância dos eventos faz-se necessário a presença de um Oficial Músico na condução das Sessões musicais.

Devemos salientar que alguns estados da Federação já contemplam tais solicitações, a saber: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Sergipe.

A Banda de Música da Polícia Militar do Paraná, é uma unidade centenária, sendo que, o seu tempo de existência é quase o mesmo da Corporação, daí a sua importância no contexto da nossa sociedade, surgindo deste modo, a necessidade de se ter em seu comando ou em sua chefia um Oficial talhado com tais característica e aspectos profissionais e que venha conseqüentemente corresponder à imagem que se espera de uma Unidade Musical como a Banda de Música da PMPR.

Diante do exposto, é o nosso parecer favorável, na forma da Emenda Aditiva e Modificativa apresentada em anexo.

Sala das Comissões, em 14.09.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS EMENDA ADITIVA E MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 477/2005**

Art. 1º Inclua-se onde couber, o seguinte artigo:

“Art...- Ficam criadas 01 (uma) vaga de Capitão PM Músico e 01 (uma) segunda vaga de 2º Tenente PM músico, no Quadro de Oficial Especialista Músico da Banda da Polícia Militar do Estado do Paraná, acrescentando-se tais vagas ao anexo I, do artigo 2º do Projeto em epígrafe.”

Art. 2º Fica modificado o anexo I do artigo 2º do presente projeto, que passa a ser o seguinte:

## ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 2º

QUADROS		CEL	TC	MAJ	CAP	1º TEN	2º TEN	SOMA
QOPM		12	38	63	186	204	239	742
QOBM		2	10	25	52	58	61	208
QOS	PM Med	1	5	6	6	16		34
	PM Dent	1	2	7	8	14		32
	PM Bioq		2	1	1	3		7
	PM Vet				3	2		5
QOA					13	25	75	113
QCPM						1		1
QOE	Músicos				1	1	2	4
Total		16	57	102	270	324	377	1146

Sala das Comissões, em 14.09.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari e Ademar Traiano.

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 479/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Sericultores de Altônia e Região - ASSERAR, com sede e foro na cidade de Altônia. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2005, de 15.08.2005, em Projetos de Lei, pag. 15).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 479/2005

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública a Associação de Sericultores de Altônia e Região - ASSERAR, com sede e foro no Município de Altônia, Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, a Questão de Ordem que faço é no seguinte sentido: hoje estamos votando, por exemplo, os Itens de nº 03 e 04, da Redação Final dos Projetos nº 194 e 230/2005.

O texto da Redação Final não está acompanhando a pauta e era importante para saber de que forma está ficando o texto da lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou determinar aos nossos auxiliares aqui na Mesa que, nos próximos projetos que virão para a Redação Final, fique incluída a Redação Final no anexo distribuído aos Srs. Parlamentares.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Agradeço!

E em segundo encaminhamento: está fazendo parte do processo a análise prévia da Comissão de Constituição e Justiça.

Ora, a análise prévia é uma orientação dos Srs. Deputados que têm assento naquela Comissão - ela não deve fazer parte do processo legislativo e está vindo para análise aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Na realidade, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Durval Amaral, pediu que se incluísse a publicação desse estudo.

Vem rubricado para a Mesa. Gostaria que se resolvesse isso dentro da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Porque ele não faz parte do processo legislativo; é apenas um instrumento de consulta e orientação.

Muito obrigado!

### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2692, de autoria do Sr. Deputado Waldir Leite, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2730 a 2733, 2737 e 2738, de autoria do Sr. Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2734, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2739 e 2740, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2742, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2743, de autoria dos Srs. Deputados Ratinho Júnior, Plauto Miró Guimarães, Ademar Traiano e demais membros da Bancada de Oposição, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2745 a 2747, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 178, 255, 409, 477 e 479/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 239, 314, 429, 447 e 449/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 037, 038 e 039/2005.

Levanta-se a Sessão.

## **Publicações:**

### **Comissão Executiva**

#### **Atos**

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 412/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5788, datado de 03 de agosto de 2005, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

Conceder, a DEISE XAVIER DEL CORSO, matrícula nº 40009, portadora do RG nº 456.178.3 e, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Editor, nível NTC-04, abono de permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do artigo 3º, parágrafo 1º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 31 de dezembro de 2003, a partir da data do pedido.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 21.08.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 413/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5760, datado de 03 de agosto de 2005, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

Conceder, a JOSÉ COSTA, matrícula nº 40157 portador do RG nº 325.774-6, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Barbeiro, nível NBA-02, abono de permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do artigo 2º, parágrafo 5º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 31 de dezembro de 2003, a partir da data do pedido.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 24.08.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 414/2005

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6101, datado de 11 de agosto de 2005, deste Poder,

**R E S O L V E :**

Conceder, a NILTON BUSATO, matrícula nº 317, portador do RG nº 464.776-9, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUE-06, abono de permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do artigo 2º, parágrafo 5º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, de 31 de dezembro de 2003, a partir da data do pedido.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 24.08.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 415/2005**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5928, datado de 05 de agosto de 2005, deste Poder,

**R E S O L V E :**

Conceder, a MARCO ANTONIO MARCONCIN, matrícula nº 146, funcionário deste Poder Legislativo, exercendo o cargo de Procurador, 3ª Classe, NU-1, admitido em 24 de novembro de 1961 e readmitido em 10 de julho de 1985, licença especial, de seis (06) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o período compreendido entre 21 de julho de 1994 e 21 de julho de 2004, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período da licença deverá ser marcado pelo Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, conforme estabelecido no artigo 250 e parágrafo único da lei mencionada.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 31.08.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 417/2005**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7209/2003, datado de 10 de setembro de 2005, deste Poder,

**R E S O L V E :**

Aposentar, compulsoriamente, a partir de 23 de julho de 2004, data em que completou setenta (70) anos de idade, JOSÉ AUGUSTINHO DA SILVA, portador do RG nº

1.459.050-1, e do CPF nº 254.127.609-53, matrícula nº 40018, funcionário desta Assembléia Legislativa, do Estado do Paraná, exercendo o cargo de Auxiliar Administrativo nível 061, admitido em 18 de fevereiro de 1997, nos termos do artigo 40, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Federal, e mesma disposição no artigo 37, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Estadual, com proventos mensais e proporcionais ao seu tempo de serviço, acrescidos de cinco (05) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único, da Lei nº 6.174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 11, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 15.09.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 418/2005**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5540, datado de 20 de julho de 2005, deste Poder,

**R E S O L V E :**

Conceder, a CARLOS ALBERTO MAINGUE, matrícula nº 40212, funcionário deste Poder Legislativo, exercendo o Cargo de Técnico Administrativo, nível NBB-03, lotado no Gabinete da Procuradoria, três (03) meses de licença especial, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6.174, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997. O período da licença deverá ser marcado pelo Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, conforme estabelecido no artigo 250 e parágrafo único da lei mencionada.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 15.09.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

***Diretoria Geral***

***Portaria***

**PORTARIA Nº 080/2005**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

Colocar à disposição da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, a servidora deste Poder Legislativo, ALMERI APARECIDA PALHANO, matrícula

cula nº 6310, até 31 de dezembro de 2005, com ônus para este Poder.

Gabinete da Diretoria Geral, 19.09.2005.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## ***Atas de Comissões***

### ***Comissão de Redação***

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
35ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de setembro de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de redação, sob a presidência do Sr. Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, na oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti relatou os seguintes Projetos de Lei de nºs 320/2005, 430/2005, 435/2005, 436/2005, 480/2005, 482/2005 e 490/2005, e do Projeto de Resolução nº 014/2005, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da

Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior- Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
36ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de setembro de dois mil e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de redação, sob a presidência do Sr. Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, na oportunidade em que o Deputado Nelson Justus relatou o seguinte Projeto de Lei de nº 209/2005, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior- Secretária

\*\*\*\*\*